



Centro Universitário de Brasília Centro Universitário de Brasília – Uniceub

MARIA THAÍS PINTO SILVA

**REPERCUSSÃO GERAL: INSTRUMENTO EFICAZ DE FILTRAGEM
OU DE AGLOMERAÇÃO PROCESSUAL?**

**Brasília
2018**

MARIA THAÍS PINTO SILVA

**REPERCUSSÃO GERAL: INSTRUMENTO EFICAZ DE FILTRAGEM
OU DE AGLOMERAÇÃO PROCESSUAL?**

Trabalho apresentado como requisito para
conclusão da disciplina da Monografia III
do Curso de Direito do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Prof. César Binder

Brasília
2018

MARIA THAÍS PINTO SILVA

**REPERCUSSÃO GERAL: INSTRUMENTO EFICAZ DE FILTRAGEM
OU DE AGLOMERAÇÃO PROCESSUAL?**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Bacharelado
em Direito pela Faculdade de Ciências
Jurídicas e Sociais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Binder

Brasília, ____ de _____ de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. César Augusto Binder
(Orientador)

Prof. Examinador(a)

A Deus.

A minha família.

Ao meu namorado.

Aos meus amigos.

Aos meus professores, e em especial, ao meu orientador.

A todos que colaboraram com o meu aprendizado.

RESUMO

O presente trabalho visa estudar e analisar o instituto da Repercussão Geral inserido no ordenamento jurídico no ano de 2004, por meio da Emenda Constitucional nº 45 de 8 de dezembro de 2004. Para tal análise será preciso entender um pouco da evolução histórica do Recurso Extraordinário e da Suprema Corte brasileira, visto que são os pontos principais da atividade do referido instituto. Seguindo por uma linha de comparação entre a repercussão geral e demais institutos no direito comparado que possuam o objetivo de solucionar o problema da excessiva demanda perante o Supremo Tribunal Federal. Posteriormente serão estudados os principais princípios que norteiam a repercussão geral, para que, em outro momento seja possível identificar qual seu objetivo principal, o que se esperava com o seu implemento, e, por fim, analisar se o que se pensava na teoria foi possível de ser realizado na prática. Vistos esses principais temas, será então feita uma análise empírica de dados fornecidos pelo próprio Supremo Tribunal Federal, e serão propostas possíveis melhorias para pontos ainda precários em relação a aplicação do instituto.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Processo Civil. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. Crítica. Análise.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL	8
1.1 O recurso extraordinário	8
1.1.1 <i>Histórico do recurso extraordinário.....</i>	<i>8</i>
1.1.2 <i>O recurso extraordinário e o Supremo Tribunal Federal na Constituição Federal de 1988.</i>	<i>9</i>
1.1.3 <i>As finalidades do recurso extraordinário</i>	<i>12</i>
1.2 A repercussão geral.....	14
1.2.1 <i>Origens da repercussão geral</i>	<i>14</i>
1.2.2 <i>Comparativo da repercussão geral com institutos estrangeiros similares: o precedente na Suprema Corte americana e o instituto alemão de revisão.....</i>	<i>18</i>
2 OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPERCUSSÃO GERAL	21
2.1 Direito fundamental a duração razoável do processo e à celeridade processual	21
2.2 O princípio constitucional da eficiência	27
3 AS EXPECTATIVAS ACERCA DA REPERCUSSÃO GERAL E OS RESULTADOS PRÁTICOS DA APLICABILIDADE DO INSTITUTO	31
3.1 A repercussão geral como medida adotada pelo STF para a análise de questões relevantes.....	31
3.2 As falhas na concretização dos objetivos: análise quantitativa de processos no STF	33
3.3 Proposta de modelo para a efetiva aplicação do instituto da repercussão geral.....	38
CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

A repercussão geral é um instituto de filtragem de processos, e fora inserida no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004, que adicionou ao artigo 102 da Constituição Federal (CF), o seu parágrafo 3º, com o objetivo de retirar o número excessivo de demanda processual do Supremo Tribunal Federal (STF), para que o mesmo pudesse ser capaz de exercer a sua principal função, qual seja, a de guardar a Constituição Federal. O estudo acerca do instituto está inserido no âmbito do Direito Processual Civil e no Direito Constitucional, uma vez que possui um processo específico, mas seu fundamento encontra-se na Constituição Federal.

O presente trabalho vem apresentar o desenvolvimento histórico do ordenamento jurídico brasileiro, para que se entenda o porquê da necessidade de criação da repercussão geral, e então estuda-la a fundo, explorando seus objetivos e princípios que busca seguir. Uma vez que se demonstre a história e seus devidos porquês, a pesquisa vai então trazer os benefícios que o instituto trouxe ao Poder Judiciário, porém também apresentando críticas acerca dos objetivos que não foram totalmente concretizados, e possíveis caminhos a serem buscados para solucionar falhas encontradas.

O tema demonstrado foi escolhido por ser relevante e atual, visto que é notório a excessiva demanda, bem como a demora nos julgamentos dos processos, ainda presente na Suprema Corte. Por conta disso fica o questionamento acerca da funcionalidade e eficácia do instituto, uma vez que passados 14 anos de criação do mesmo, os problemas que motivaram a sua instituição, ainda continuam presentes no ordenamento jurídico. Por isso, importante se faz o estudo aprofundado da repercussão geral, para de fato entender o que ela busca, o porquê de talvez não ter sido 100% eficaz, e assim, ajudar a buscar uma solução, por meio de críticas construtivas.

Primeiramente a pesquisa abordará a relação entre o recurso extraordinário e a repercussão geral, esta sendo requisito de admissibilidade daquele, visto que o recurso extraordinário não é um simples recurso genérico, mas sim a porta de entrada para o acesso ao Supremo Tribunal Federal, por isso, o primeiro capítulo também abordará a história da Suprema Corte brasileira, para que foi criada, como é abordada

na Constituição Federal de 1988. O capítulo abordará também a história do recurso extraordinário e da própria repercussão geral, o porquê de sua criação, seus objetivos, bem como a comparação do instituto com outros sistemas do mundo jurídico internacional.

Em segundo momento será abordado o conjunto de princípios que regem o sistema da repercussão geral, quais sejam a celeridade, eficiência e duração razoável do processo, com o objetivo de se explorar cada um a fundo para saber qual a característica que relevam sobre o instituto.

E, por fim, no terceiro capítulo, depois tendo visto tudo acerca da história, objetivos, princípios da repercussão geral, bem como do estudo aprofundado do recurso extraordinário e da Suprema Corte, essenciais para a compreensão da função do instituto, será feita uma amostragem de dados retirados de pesquisa empírica feita no próprio site do Supremo Tribunal Federal, para então ser possível comparar a teoria e a expectativa trazida com a criação do sistema da repercussão, com a realidade fática. Uma vez conhecida a realidade, possível será a apresentação de críticas às visíveis falhas, e caminhos que possam auxiliar na reparação destas.

O objetivo do presente trabalho é explorar e conhecer a fundo um instituto inovador como a repercussão geral, que veio com a finalidade de “desafogar” o trabalho do Supremo Tribunal Federal, para assim, ter a capacidade de perceber os resultados práticos da sua efetiva atuação ao longo desses 14 anos de inserção no mundo jurídico, para que se possa traçar críticas que ajudem no seu amadurecimento e aperfeiçoamento, podendo cada vez mais melhorar para alcançar a meta perante a Suprema Corte.

A metodologia utilizada foi, na parte inicial, bibliográfica, e, no segundo momento, a de coleta e análise de dados. Com isso, a pesquisa é explicativa, pois visa identificar fatores que possam colaborar para o desenvolvimento ideal para o mecanismo da repercussão geral.

1 O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL

1.1 O recurso extraordinário

1.1.1 Histórico do recurso extraordinário

A origem da palavra recurso advém do latim *recursus*, que significa retroagir¹. Segundo Sérgio Pinto Martins, “seria aquilo que tem o curso ao contrário, regresso ao ponto de partida”.² Em resumo, seria voltar ao estado anterior.

No âmbito jurídico, o sentido de recurso segundo Nelson Nery Júnior é:

o remédio processual que a lei coloca à disposição das partes, do Ministério Público ou de um terceiro, a fim de que a decisão judicial possa ser submetida a novo julgamento, por órgão de jurisdição hierarquicamente superior, em regra, àquele que a proferiu.³

Afirma Bernardo Pimentel Souza que os recursos possuem um significado amplo, onde recurso seria qualquer remédio jurídico com o objetivo de proteger direito que se supõe existir, e um sentido estrito, que seria todo ato processual praticado voluntariamente pelas partes, Ministério Público (MP) ou terceiros prejudicados, que possui prazo peremptório, que deseja reformar, cassar, integrar ou esclarecer uma decisão judicial.⁴

Quanto ao contexto histórico do recurso, sua primeira aparição encontra-se no direito romano, onde estava configurado na forma da “*appellatio*”, a qual possuía a finalidade de impugnar o erro de julgamento (*error in iudicando*), e do “*restitutio in integrum*” que buscava a volta ao *status quo* anterior à decisão.⁵

No ordenamento jurídico brasileiro não é permitida a criação de novas modalidades de recursos pelas partes, pois o rol previsto no artigo 994 do Código de Processo Civil (CPC) é taxativo, bem como, segundo o princípio da singularidade, existe um recurso específico para cada decisão que possa ser impugnada.⁶

Em relação ao recurso extraordinário propriamente dito, no mundo jurídico brasileiro, foi registrado a primeira vez no Decreto nº 848, de 24 de outubro de 1890.

¹ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 11. ed. São Paulo: RT, 2010.

² MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 391.

³ NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: RT, 2004, p. 204-205.

⁴ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

⁵ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 11. ed. São Paulo: RT, 2010, p. 45.

⁶ NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: RT, 2004.

Foi moldado tomando como base um instituto norte americano chamado *writ of error*, presente no *Judiciary Act*:

Lei ordinária, o Judiciary act, de 24 de setembro de 1789, dos Estados Unidos da América do Norte, dispunha, no art. 25: 'Deve ser revista pela Suprema Corte, para ser cassada ou confirmada, a decisão da mais alta corte de um dos Estados, em causa que se questionar sobre a validade de um tratado, lei nacional ou ato de autoridade da União, e a decisão for contrária à validade; quando se questionar sobre a validade de uma lei ou de um ato de autoridade estadual, sob fundamento de serem contrários à Constituição, a tratado ou a leis federais, e a decisão for pela validade; quando se reclamar algum título, direito, privilégio ou imunidade com fundamento na Constituição, tratado, lei nacional ou ato de autoridade da União, e a decisão for contra o título, direito, privilégio, imunidade, especialmente invocados pela parte, em face de tal Constituição, tratado, lei ou ato'.⁷

A inspiração se deu, pois, assim como nos Estados Unidos, no Brasil fora instituído o modelo de federação e, com isso, surgiu a necessidade de criação da Justiça Federal e Estadual, por esse motivo, com o objetivo de garantir a autoridade da lei federal sob o mau uso da lei pela justiça estadual, fora criado o recurso extraordinário.⁸

Em termos constitucionais, o termo “recurso extraordinário” apareceu somente a partir da Constituição de 1934, a qual previa no artigo 76, inciso III, alínea “a”, a possibilidade de interpor esse recurso para impugnar decisões contrárias a literalidade de tratado ou lei federal. Em relação a isso, não houve grandes modificações no âmbito das Constituições de 1937, 1946 e 1967.⁹

1.1.2 O recurso extraordinário e o Supremo Tribunal Federal na Constituição Federal de 1988

As grandes modificações em relação ao recurso extraordinário aconteceram com a Constituição Federal de 1988, e isso se deu basicamente por conta da criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

⁷ SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3, p. 162.

⁸ CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. O cabimento do recurso extraordinário pela alínea “a” do art. 102, III, da Constituição Federal e a “causa de pedir aberta”. In: NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: RT, 2007. v. 11. p. 246-257.

⁹ MEDINA, José Miguel Garcia. **O prequestionamento nos recursos extraordinário e especial**. 4. ed. São Paulo: RT, 2005.

Atualmente, o mesmo está previsto além da Constituição Federal, em outros diplomas legais, como o Código de Processo Civil, bem como nos regimentos internos dos tribunais, e por fim, em súmulas do STJ e do STF.

Anteriormente, como fora abordado no tópico 1.1.1, o recurso extraordinário era usado para impugnar qualquer situação que envolvesse questões federais. Ocorreu que, com seu rol de hipóteses não exaustivas, o número de causas recebidas pela Suprema Corte se tornou demasiadamente excessiva, e por várias vezes, estas não tinham muita relevância para o país ou para as partes.¹⁰ Foi inaugurada então o que se chamou de “crise” do Supremo Tribunal Federal.

O fenômeno citado não é algo recente e é caracterizado, segundo Carneiro:

A chamada crise do Supremo Tribunal Federal, pelo número de feitos sempre crescente e absolutamente excessivo, posto a cargo dos integrantes do Excelso Pretório. A par da matéria, em competência originária, derivada do exercício de sua função de Corte Constitucional, também uma multiplicidade de recursos supervenientes de todas as partes de um país sob alto incremento demográfico e com várias regiões em acelerado processo de industrialização e de aumento do setor terciário da economia, acarretando sempre maiores índices de litigiosidade.¹¹

De forma sintética e clara, Vitor Tadeu Carramão Melo, descreveu a “crise”:

Ao longo da história do direito brasileiro, sempre houve uma preocupação e uma formação discursiva no sentido de limitar e regulamentar o acesso ao Supremo Tribunal, que não poderia se ocupar de questões rotineiras e ficar assoberbado com um número excessivo de processos que não desse conta de julgá-los em tempo oportuno. Sobre o tema, assim se manifestou Calmon de Passos “O desenvolvimento do País, em termos de população e em termos de riqueza, fez com que, proporcionalmente, por todo o decorrer deste século se avolumasse o número de recursos extraordinários, máxime com o objetivo de lograr a uniforme aplicação da lei federal. E o Supremo, que não teve os seus quadros proporcionalmente aumentados, nem suas competências proporcionalmente reduzidas, viu-se a braços com um sério problema: o do congestionamento dos feitos submetidos a seu julgamento, o que, sem dúvida, também determinou, sob a pressão dos interesses legítimos, progressiva perda de substância das decisões por ele proferidas.

¹⁰ BRAGHITTONI, R. Ives. **Recurso extraordinário**: uma análise do acesso do Supremo Tribunal Federal: de acordo com a Lei 11.418/06 (repercussão geral). São Paulo: Atlas, 2007.

¹¹ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso especial, agravos e agravo interno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Esta a famosa crise do STF, profligada constantemente, jamais solucionada, antes agravada a cada passo, na medida em que se retardavam, no tempo, as medidas indispensáveis.¹²

Assim, possível entender que o problema das excessivas causas está pautado em uma desorganização no âmbito do funcionamento do STF, originado pelo desequilíbrio entre o número de processos que entram e a pouca quantidade de julgados.

Para entender de fato o problema do acúmulo, necessário é analisar, primeiramente, a figura e função do Supremo Tribunal Federal. A Suprema Corte é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e foi instituída pelo Decreto nº 510, de 22 de julho de 1890, e foi criado com o objetivo de resolver conflitos que envolviam entes políticos federativos e julgar os recursos extraordinários, à época, aqueles que iam de encontro com a validade de leis e atos governamentais em relação a CF.¹³

Foi criado com inspiração na Suprema Corte Norte-Americana, com específicas funções políticas, com o objetivo de limitar a atuação estatal dentro das diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal.¹⁴

O Supremo possui a posição mais elevada em relação as instâncias do Poder Judiciário, é composto por onze Ministros, e sua finalidade é ser o guardião da Constituição Federal.

O órgão superior possui diversas competências, são elas: ordinária, originária e extraordinária, que estão previstas no artigo 102 da Constituição Federal, e o recurso extraordinário está inserido em seu inciso III:

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;**
 - b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;**
 - c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.**
 - d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.**
- (grifar-se)

¹² MELLO, Vitor Tadeu Carramão. **A repercussão geral e a arguição de relevância: uma análise histórica.** 2011. Disponível em: <<http://www.pgfn.gov.br/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/013.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

¹³ AMORIM, Aderbal Torres de. **O novo recurso extraordinário: hipóteses de interposição, repercussão geral, amicus curiae, processamento, jurisprudência, súmulas aplicáveis.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

¹⁴ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Manual dos recursos cíveis: teoria geral e recursos em espécie.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

Com a leitura do referido artigo, observa-se que a competência recursal extraordinária faz com que o STF julgue, por meio de recurso extraordinário, causas decididas em única ou última instância, quando a decisão ora recorrida for de encontro com dispositivo constitucional, ou quando declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, quando julgar válida lei ou ato de governo local, contestado em face da CF,¹⁵ e, por fim, julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Ou seja, diante do excesso de causas recebidas, perceptível foi que o Supremo Tribunal Federal se distanciou de sua principal função de preservar a soberania da interpretação constitucional.

Diante do problema, foi criado o Superior Tribunal de Justiça, que segundo José Miguel Garcia Medina, seria: “um novo Tribunal, chamado Superior Tribunal de Justiça, que passaria a abranger parte da competência outrora atribuída ao Supremo Tribunal Federal. Criou-se, destarte, ao lado do recurso extraordinário, o recurso especial”.¹⁶

Com essa criação, o que se tentou foi fazer com que o STF voltasse a ocupar a posição de Corte Suprema, guardião da Constituição Federal e parasse de analisar milhares de causas apenas por ter questões federais. Assim, o recurso extraordinário fora fixado com a principal de suas finalidades, que seria a de garantir a integridade do ordenamento jurídico, fixando-o sempre submisso em relação a CF.¹⁷

1.1.3 As finalidades do recurso extraordinário

Os recursos, de modo geral, vieram com o objetivo de sanar vícios praticados por juízes que, por serem seres humanos, são passíveis de erro, proferindo possíveis decisões defeituosas. Assim, necessária foi a criação de algo que desse a oportunidade do próprio prolator da decisão de analisar novamente a situação, ou até que magistrados mais experientes façam isso por ele.¹⁸

¹⁵ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Manual dos recursos cíveis: teoria geral e recursos em espécie**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

¹⁶ MEDINA, José Miguel Garcia. **O Prequestionamento nos recursos extraordinário e especial**. 4. ed. São Paulo: RT, 2005, p. 127-128.

¹⁷ DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 12. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014.

¹⁸ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos Cíveis e à ação Rescisória**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Pode-se dizer, então, resumidamente, que como finalidades principais se têm a de corrigir, prevenir e uniformizar as decisões, uma vez que é o sistema de impugnação que permite que casos iguais sejam julgados de maneira parecida, já que ocorre o controle a cerca das decisões errôneas e defeituosas, trazendo assim, segurança jurídica.¹⁹

O recurso extraordinário, além de possuir a função normal dos recursos ordinários, ou seja, não tem somente o objetivo de permitir que uma demanda seja apreciada novamente por uma instância superior, fazendo com o que o STF funcione como uma quarta instância, ele tem como finalidade principal conservar a plenitude da Constituição Federal.²⁰

Tais finalidades ficam claras quando analisadas suas hipóteses de cabimento, presentes no artigo 102, III, da CF, uma vez que são chamados de permissivos constitucionais. Na primeira hipótese se encontra em face de decisão que contraria dispositivo constitucional, nesse caso, para que haja a conservação da CF, necessário que a violação seja apontada com clareza, se assim não for, o recurso será incabível, de acordo com a Súmula 284, STF.

Segunda hipótese, aborda a inconstitucionalidade de tratados e leis federais, mais fácil de ser demonstrada, necessitando somente da declaração da inconstitucionalidade do referido texto legal.²¹

Em terceiro momento se dá quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal, analisa-se isso como um afastamento de uma norma constitucional no âmbito da decisão.²²

Por fim, a EC nº 45/2004, inseriu a última hipótese de cabimento do recurso extraordinário o qual prevê a situação da decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal. Sobre tal contexto afirma o Ministro da Suprema Corte Joaquim Barbosa, em julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, AI 774.514 AgR²³, que:

¹⁹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

²⁰ SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes dos. **Manual dos recursos extraordinário e especial**. São Paulo: Método, 2012.

²¹ MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. Campinas: Millennium, 1998.

²² KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Manual dos recursos cíveis: teoria geral e recursos em espécie**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

²³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 775.514. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. **Dje**. Brasília, 01 out. 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=615137>>. Acesso em: 09 maio 2018.

[...] o enquadramento do recurso extraordinário na hipótese de cabimento inscrita no art. 102, III, *d*, exige a demonstração, pelo recorrente, de que a corte de origem, ao julgar válida lei local contestada em face de lei federal, ofendeu o sistema de repartição de competências legislativas estatuído na Constituição.

Com isso, quando o Supremo Tribunal Federal recebe um recurso extraordinário, ele consegue julgar novamente decisões de última ou única instância, as quais supostamente violaram dispositivos constitucionais. E além disso, tem ainda a função de padronizar os entendimentos jurisprudências em âmbito nacional quanto a interpretação das normas constitucionais.²⁴

1.2 A repercussão geral

1.2.1 Origens da repercussão geral

A repercussão geral, no site do Supremo Tribunal federal, possui duas finalidades básicas:

- Delimitar a competência do STF, no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa.
- Uniformizar a interpretação constitucional sem exigir que o STF decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional.²⁵

Assim, percebe-se que o instituto veio com o intuito de desafogar o acúmulo processual existente na Suprema Corte, porém, antes da instituição do mesmo, necessário conhecer outras alternativas anteriores que foram criadas com o objetivo de salvar o Supremo Tribunal Federal da já conhecida “crise”.

Segundo Calmon de Passos²⁶, quatro tentativas foram sugeridas durante o decorrer dos anos para minorar os efeitos da crise da Suprema Corte. A primeira nasceu com a Lei 3396, de 1958, permitindo que os Tribunais de Justiça do Estado analisassem os requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário, com isso, o recurso poderia ser barrado logo na 1ª instância.

²⁴ DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de direito processual civil:** meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 12. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014.

²⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Sobre a Repercussão Geral**. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=a_presentacao>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁶ PASSOS, J. J. Calmon de. Da arguição de relevância no recurso extraordinário. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 259, p. 11-22, jul./set. 1977.

Posteriormente, em 1963, tentou-se organizar as súmulas no STF, ou seja, padronizar as decisões reiteradas da Suprema Corte, para facilitar ainda mais o não conhecimento do recurso em 1ª instância, Calmon de Passos²⁷ salienta que o problema disso é que há uma tendência a querer fixar entendimentos que podem vir a ser modificados depois por conta do decurso do tempo.

Com emenda no Regimento Interno do STF, em 1965, ocorreu a possibilidade de que as partes litigantes de recurso extraordinário, parados na Corte há mais de 10 anos sem julgamento, fossem chamadas para se manifestarem se ainda tinham interesse no prosseguimento do recurso. Se permanecessem em silêncio, o relator julgava o recurso como sem objeto e assim, mandava arquivar.

Por fim, a quarta tentativa, e considerada a melhor para solucionar o acúmulo, veio a chamada arguição de relevância, que deu à Suprema Corte a competência de estabelecer um rol taxativo de hipóteses para o cabimento do recurso extraordinário²⁸ com o objetivo já conhecido de reduzir o demasiado acesso ao Supremo Tribunal Federal e de concentrar nele aquilo que fosse de fato relevante e fundamental.

A arguição de relevância, propriamente dita, foi criada pela Emenda Regimental n. 3/75, e posteriormente inserida na Constituição pela EC n. 7/77, que modificou o art. 119, §1º da Constituição Federal de 1967: “As causas a que se refere o item III, alíneas “a” e “d” deste artigo, serão indicadas pelo STF, no regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie, valor pecuniário e relevância da questão federal”.

No âmbito do Regimento Interno, foi instituída a arguição no art. 325, XI, e foi caracterizada como cláusula aberta, como caracteriza Arruda Alvim²⁹:

... se interpuser RE tendo em vista causa ou questão, em relação a qual inexistia previsão regimental (o que equivale a dizer que, em regra, estaria excluído o cabimento) duas ordens de requisitos se colocam, quais sejam: 1º) é necessário demonstrar perante o Conselho do S.T.F. que a decisão contém uma “questão ou causa federal relevante”, e, pois, ainda que não previsto regimentalmente o seu cabimento, ou mais precisamente, em hipótese em que foi excluído regimentalmente o respectivo cabimento, o reconhecimento de que uma tal questão ou causa federal, com esse atributo de relevância, significará que tal reconhecimento “fará as vezes dessa previsão [...] Em realidade, o que essa norma proporciona é que o sistema recursal, disciplinador do RE – quando se tratar do campo

²⁷ PASSOS, J. J. Calmon de. Da arguição de relevância no recurso extraordinário. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 259, p. 11-22, jul./set. 1977.

²⁸ NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: RT, 2004.

²⁹ ALVIM, Arruda. **A arguição de relevância no recurso extraordinário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, p. 44 e 67.

atinente à relevância -, encontre flexibilidade, viabilizadora do possível cabimento de REs, que, em regra, seriam incabíveis. Quer dizer, ao lado de tipos rígidos e fechados (art. 325, I/X), comparece a flexibilidade do tipo aberto, que é norma do art. 325, XI, disciplinada em seu conteúdo lingüístico e formal, no art. 327, §1º, emprestando-se, aqui, alguma concreção ao conceito.

Contudo, apesar de ter vindo como tentativa de solucionar a crise, a arguição recebeu demasiadas críticas, e no fim, não alcançou o objetivo esperado, uma vez que esse sistema possuía um amplo caráter administrativo, alvo de críticas, visto que, por esse caráter, as decisões não possuíam fundamentações e as partes não participavam do julgamento³⁰. No mesmo sentido, afirma Evandro Leite³¹:

Por mais alto que seja o grau de subjetividade do julgamento, a dispensa de motivação das decisões da Corte nas arguições de relevância (RISTF, art. 96), o que infirma a garantia do litigante de saber por que foi repelido.

Com o breve histórico, foi visto que, desde a criação do recurso extraordinário e a partir da percepção do acúmulo de processos na Suprema Corte, foram tentadas diversas alternativas para diminuir tal problema, porém todas fracassaram.³²

Com esse fracasso, abriu-se espaço para a criação de um novo instituto inspirado na arguição de relevância: a repercussão geral. A origem desta, no ordenamento jurídico brasileiro, está na promulgação da Emenda Constitucional nº 45 de 08 de dezembro de 2004, que deu origem ao parágrafo 3º do art. 102 da Constituição Federal, e veio com os objetivos, já citados anteriormente, retirados do próprio sítio do Supremo Tribunal Federal, os quais são: diminuir a demanda da STF, a qual só irá julgar recursos extraordinários que possuírem questões constitucionais, que transcendam a esfera das partes, com relevância social, econômica e jurídica, em uma tentativa de uniformizar os entendimentos da Suprema Corte.³³

Como bem explica Rodolfo de Camargo Mancuso,

³⁰ MACEDO, Elaine Hazheim. Repercussão geral das questões constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário. **Revista Direito e Democracia**, Canoas, v.6, n.1. 2005.

³¹ LEITE, Evandro Gueiros. **A Emenda 2/85 (RISTF) e a boa razão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p.15.

³² DANTAS, Bruno. **Repercussão geral: perspectivas históricas, dogmática e de direito comparado: questões processuais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

³³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Sobre a Repercussão Geral**. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=a_presentacao>. Acesso em: 28 mar. 2018.

Um tema jurídico, uma vez prequestionado e submetido ao STF por meio de recurso extraordinário, apresentará Repercussão Geral quando sua resolução for além do interesse direto e mediato das partes, assim transcendendo-o, para alcançar, em maior ou menor dimensão ou intensidade, um expressivo segmento da coletividade (v.g., oferta gratuita de medicação, pela rede pública de saúde, aos HIV soro-positivos pobres); ou um dado setor produtivo (v.g., proibição de exportação de carne por suspeita de febre aftosa); ou mesmo, a inteira coletividade (v.g., comercialização de produto geneticamente modificado; interrupção da gravidez em caso de feto anencéfalo).³⁴

A referida EC 45/2004 foi a que consagrou a chamada “Reforma do Judiciário”. O art. 102 da CF, que trata da competência do Supremo Tribunal Federal, foi reformado com a inserção do parágrafo 3º que assim discorre:

No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Sendo assim, percebe-se que a repercussão geral é então um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário. Também fica claro que há uma permissão ao legislador infraconstitucional de caracterizar melhor o seu conceito, bem como sua aplicação no mundo prático, logo, o conceito torna-se o que se chama de indeterminado.

Perigo de tal discricionariedade é o não estabelecimento de padrões e do alto grau de subjetividade. Para que isso seja evitado e para diminuir a falta de segurança jurídica que isso poderia vir a causar, o poder constituinte derivado já deixou, ao final do parágrafo, que para o reconhecimento de inexistência do instituto é necessário o voto de 2/3 dos Ministros da Suprema Corte.

Tem-se assim, uma clara tentativa de compensar o conceito indeterminado do instituto, que traz uma certa subjetividade na aplicação em caso concreto, com um quórum bem qualificado de exceção, que seria a inadmissibilidade do RE, só existindo essa hipótese, quando no mínimo 8 ministros da Suprema Corte, tiverem a certeza de que aquele recurso somente atinge a esfera subjetiva das partes, ou seja, não há transcendência.³⁵

³⁴ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 211 e 212.

³⁵ DANTAS, Bruno. **Repercussão geral**: perspectivas históricas, dogmática e de direito comparado: questões processuais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

A aplicação do instituto da repercussão geral teve início em 3 de maio de 2007, após ter sido regulamentado pela Lei nº 11.418 de 2006 que inseriu os artigos 543-A e 543-B no Antigo Código de Processo Civil, e também tendo previsão no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, este emendado por meio da Emenda nº 21.³⁶

Com o advento do Novo Código de Processo Civil, houve a tentativa de modificar certas coisas na repercussão geral, com o objetivo de conferir celeridade e segurança jurídica nos julgamentos. Com essas finalidades os artigos 1.030 a 1.035 do CPC trouxeram mudanças, como afirmou José dos Santos Carvalho Filho³⁷, a exemplo de:

I) possibilidade de impugnação da decisão do tribunal de origem que aplicou a sistemática da repercussão geral; II) fim do juízo de admissibilidade prévio no tribunal de origem; III) prazo para o Supremo Tribunal apreciar o mérito dos processos-paradigmas da repercussão geral; e IV) possibilidade de descon sideração de vício formal do recurso extraordinário tempestivo.

É assim que hoje se pauta a realidade e procedimento da repercussão geral.

1.2.2 *Comparativo da repercussão geral com institutos estrangeiros similares: o precedente na Suprema Corte americana e o instituto alemão de revisão*

Para a compreensão da repercussão geral ser completa, necessário se faz apresentar outros institutos que deram base para o que se tem atualmente.

No sistema norte-americano, a Suprema Corte dos Estados Unidos, que serviu de inspiração para a criação do Supremo Tribunal Federal, é o único órgão judicial criado pela Constituição. Em relação as cortes inferiores suas decisões são revisadas por meio do *writ of certiorari*, este é um pedido inserido em uma petição feita para ter acesso a essa revisão, assim funciona, pois o que se usa é o chamado direito da *common law*.³⁸

³⁶ CARVALHAL, Ana Paula. **Repercussão geral retoma seu curso com o novo Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

³⁷ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Novo CPC provoca mudanças estruturais na Repercussão Geral. Observatório Constitucional. **Consultor Jurídico**, 13 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-jun-13/observatorio-constitucional-cpc-provoca-mudancas-estruturais-repercussao-geral>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

³⁸ GRESSMAN, Eugene. **Supreme Court Practice**. In: Judicial Power and the Constitution. Nova York: Macmillan, 1990.

O procedimento de análise da petição, um pouco parecida com o da repercussão geral, porém de forma totalmente discricionária pelos juízes, funciona da seguinte forma, segundo Vitor Tadeu Carramão Mello³⁹:

Cada juiz, depois de analisar essa petição, faz o seu juízo sobre a propriedade ou não da revisão plenária pela corte inteira. Tal revisão é admitida se ao menos quatro juízes votam pela admissibilidade da petição, prática conhecida como *rule of four*.

Vale destacar que para advogar na Suprema Corte dos Estados Unidos necessário que o advogado tenha praticado em corte suprema estadual por três anos anteriores, e que possua conduta profissional ilibada.⁴⁰

Com essa característica mais restrita de acesso, explicita Vitor Mello⁴¹ em seu artigo, que talvez o caráter discricionário sobre a análise da petição se justifique por isso, e traz como exemplo, com tradução livre, o pronunciamento do *Chief Justice* Vinson perante a *American Bar Association* de 07 de setembro de 1949:

A Suprema Corte não é, nem nunca foi, primariamente comprometida com a correção de erros nas decisões de cortes inferiores. Em quase todos os casos dentro da jurisdição de apelo da Corte, o peticionante já recebeu uma revisão em sede de apelação do seu caso. Os debates na Convenção Constituinte deixaram claro que um tribunal supremo nacional era, nas palavras de John Rutledge, da Carolina do Sul, assegurar os direitos nacionais e uniformidade nos julgamentos. A função da Suprema Corte é, portanto, resolver conflitos de opinião em questões federais que foram trazidas perante cortes inferiores, supervisionar questões de importância ampla sob a Constituição, leis e tratados norte-americanos, e exercer poder de supervisão sobre cortes federais inferiores.

Vistas as características do *writ of certiorari* e do instituto da repercussão geral, válido se faz comparar ambos, já que o sistema americano é tido como inspiração para o brasileiro. Primeiramente, cabe observar que os dois têm o objetivo de diminuir a elevada carga de processos na Suprema Corte.⁴² Em relação ao acesso, na Suprema Corte norte-americana este é mais restrito do que a brasileira.⁴³ Para que seja

³⁹ MELLO, Vitor Tadeu Carramão. **A repercussão geral e o writ of certiorari**: breve diferenciação. Disponível em: <<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/32-149-1-pb.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁴⁰ GRESSMAN, Eugene. **Supreme Court Practice**. In: Judicial Power and the Constitution. Nova York: Macmillan, 1990, p. 249.

⁴¹ MELLO, Vitor Tadeu Carramão. **A repercussão geral e o writ of certiorari**: breve diferenciação. Disponível em: <<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/32-149-1-pb.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁴² BERMAN, José Guilherme. **Repercussão geral no recurso extraordinário**. Curitiba: Juruá, 2009.

⁴³ MELLO, Vitor Tadeu Carramão. **A repercussão geral e o writ of certiorari**: breve diferenciação. Disponível em: <<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/32-149-1-pb.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

aplicado o *writ of certiorari*, necessário a aprovação de pelo menos quatro Ministros da Suprema Corte Americana, é o chamado *rule of four*, já para que seja reconhecido a repercussão geral, necessita da aprovação de também quatro membros do STF, porém nos EUA são nove ministros e no Brasil onze, mas a regra é a mesma.⁴⁴ Por fim, como última comparação analisada, mas sem o intuito de esgotar o tema, tem-se que no caso do instituto norte-americano, a decisão não precisa de fundamentação, ou seja, é discricionário, porém, em relação a repercussão geral, há essa exigência, com base no art. 93, IX, CF.⁴⁵

Terminada a análise e comparativo do *writ of certiorari*, agora entraremos no direito comparado em relação a ideia de repercussão geral na Alemanha. No sistema alemão se tem a figura da *Verfassungsbeschwerde* (“reclamação constitucional”), a mesma pode ser feita por qualquer pessoa, quando tiver direito fundamental violado, porém só poderá ser proposta dentro do prazo de um mês, se forem esgotadas todas as outras vias possíveis, é direcionada para o *Bundesverfassungsgericht* (Tribunal Constitucional alemão).⁴⁶

Em comparação com a repercussão geral, a reclamação constitucional alemã também passa por um exame prévio de admissibilidade, para ver a importância constitucional ou a violação de algum direito fundamental. Também, importante ressaltar, que na mesma, não há discussão sobre questões fáticas ou legais. Assim, tem-se que o instituto alemão também possui o intuito de ser usado como um filtro para não sobrecarregar a Corte Constitucional.⁴⁷

⁴⁴ VIANA, Ulisses Schwarz. Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁴⁵ BERMAN, José Guilherme. **Repercussão geral no recurso extraordinário**. Curitiba: Juruá, 2009.

⁴⁶ VIANA, Ulisses Schwarz. **A repercussão geral e a “verfassungsbeschwerde”**. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cienciajuridica/article/viewFile/733/521>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

⁴⁷ VIANA, Ulisses Schwarz. **A repercussão geral e a “verfassungsbeschwerde”**. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cienciajuridica/article/viewFile/733/521>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

2 OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPERCUSSÃO GERAL

2.1 Direito fundamental a duração razoável do processo e à celeridade processual

Os princípios da razoável duração do processo e da celeridade processual foram inseridos no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a mesma que instituiu a repercussão geral, a qual incluiu no art. 5º da Constituição Federal o inciso LXXVIII que previu novos direitos fundamentais: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Para ser possível compreender o motivo pelo qual o judiciário brasileiro precisa ser guiado por tais princípios, é necessário adentrar um pouco no aspecto da morosidade, característica bastante presente nos processos judiciais, observada principalmente na grande quantidade de ações novas por ano. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou no ano de 2017 que:

O Poder Judiciário finalizou o ano de 2016 com 79,7 milhões de processos em tramitação, aguardando alguma solução definitiva. Desses, 13,1 milhões, ou seja, 16,4%, estavam suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando alguma situação jurídica futura. Durante o ano de 2016, ingressaram 29,4 milhões de processos e foram baixados 29,4 milhões. Um crescimento em relação ao ano anterior na de 5,6% e 2,7% respectivamente.⁴⁸

Há muito a morosidade é fato amplamente discutido por juristas, filósofos, cientistas e reclamado pela sociedade, como já dizia, no Século XVI, o filósofo Francis Bacon: “se a injustiça das sentenças as torna amargas, as delongas as fazem azedas”.⁴⁹ Percebe-se, pois, a clara comparação entre injustiça e morosidade, conforme afirmava Ruy Barbosa⁵⁰: “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

No direito brasileiro não foi diferente, sua criação já foi fundada sob o aspecto da morosidade, muito influenciado pelo direito português, no qual a primeira tentativa

⁴⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2017**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

⁴⁹ KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. **A razoável duração do processo**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2013, p.21.

⁵⁰ GOMES, Luiz Flávio. **De cada 100 processos, somente 21 foram finalizados até o fim do ano de 2009**. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121920779/de-cada-100-processos-somente-21-foram-finalizados-ate-o-fim-do-ano-de-2009>>. Acesso em: 28 maio 2018.

de punir essa morosidade veio à época das Ordenações Filipinas, com a Lei da Boa Razão, em 18 de agosto do ano de 1769, a qual previa aplicações de multa para advogados, de acordo com seu parágrafo 7º:

Porquanto a experiencia tem mostrado que as sobredictas interpretações dos Advogados consistem ordinariamente em raciocínios frívolos, e ordenados mais a implicar com sophismas as verdadeiras disposições das leis, do que a demonstrar por ellas a justiça das partes: mando, que todos os advogados que commetterem os referidos attentados, e forem nelles convencidos de dolo, sejam nos autos, a que se juntarem os Assentos, multados, pela primeira vez em \$ 50000 réis para as despesas da relação, e em seis mezes de suspensão; pela segunda vez, em privação dos grãos, que tiverem da Universidade; e pela terceira, em cinco annos de degredo para Angola, se fizerem assignar clandestinamente as suas alegações por diferentes pessoas [...]⁵¹

Ocorre que, no Brasil, a primeira Constituição, de 1824, nada trouxe acerca de ideias para melhorar a morosidade, algo que também não ocorreu na Carta Magna de 1891, porém, o Supremo Tribunal Federal, no ano de 1921, publicou relatório demonstrando a exacerbada quantidade de processos que chegavam a Corte, tendo-se assim, necessidade de mudança legislativa.⁵²

Segundo Orlando Gomes⁵³, a citada mudança ocorreu com a Constituição de 1934: “o divisor de águas entre a democracia individualista e a democracia social”, pois foi a mesma que trouxe o acesso à justiça, bem como previu a garantia da celeridade processual, esta, nada mais era do assegurar o rápido andamento processual em órgãos públicos, fornecendo às partes devidas informações acerca das atualizações processuais.⁵⁴

⁵¹ SANTOS, Gabrielly Andrade dos; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de. **Evolução histórica da morosidade e o princípio da duração razoável do processo**. Disponível em: <<https://andradegabrielly.jusbrasil.com.br/artigos/423316434/evolucao-historica-da-morosidade-e-o-principio-da-duracao-razoavel-do-processo>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

⁵² SANTOS, Gabrielly Andrade dos; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de. **Evolução histórica da morosidade e o princípio da duração razoável do processo**. Disponível em: <<https://andradegabrielly.jusbrasil.com.br/artigos/423316434/evolucao-historica-da-morosidade-e-o-principio-da-duracao-razoavel-do-processo>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

⁵³ PETERS, Adriana salgado. **O direito à celeridade processual à luz dos direitos fundamentais**. 2007. 291 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p.113.

⁵⁴ SAMPAIO, Luiz Fernando Quadros Malta pinto de. **A razoável duração do processo: o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal**. São Paulo: Clube dos Autores, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=IW9FBQAAQBAJ&intsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 26 abr. 2018.

Devido a aspectos políticos, econômicos e sociais, a preocupação da Constituição de 1934 não conseguiu ser exercida de forma plena⁵⁵, então, a real preocupação com a duração processual veio com o Código de Processo Civil de 1939, trazendo prazos e sanções para as partes que atuavam na justiça, aplicando assim o chamado princípio da celeridade.⁵⁶

Com a promulgação da Constituição de 1988, nasceram vários direitos fundamentais, e com a grande expectativa da população para cobrar essas garantias, bem como com o avanço da tecnologia da informação, o aumento de demandas perante o Judiciário foi imenso. Com o passar do tempo, ficou evidente que não seria possível o atendimento de todas as demandas, o que gerou uma aclamação social para mudanças legislativas.⁵⁷

Assim, resta claro que a morosidade é um problema que está no mundo jurídico desde a antiguidade, que o modelo de justiça brasileiro já foi criado pautado nesse problema, e que por isso era necessária uma mudança na legislação.

Antes de adentrar no surgimento do direito fundamental da duração razoável do processo, necessário saber que o mesmo está relacionado ao direito de acesso à justiça, que não é apenas ingressar em juízo, como reforça Luiz Guilherme Marinoni⁵⁸:

Todos sabem, de fato, que o direito de acesso à justiça, garantido pelo artigo 5.º, XXXV, da Constituição da República, não quer dizer apenas que todos têm direito de ir a juízo, mas também quer significar que todos têm direito à adequada tutela jurisdicional ou à tutela jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva.

A ligação entre esses dois princípios iniciou com a chamada Lei de Zeisel, que trazia uma relação inversamente proporcional entre eles, ou seja, quanto maior

⁵⁵ PETERS, Adriana salgado. **O direito à celeridade processual à luz dos direitos fundamentais**. 2007. 291 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁵⁶ SANTOS, Gabrielly Andrade dos; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de. **Evolução histórica da morosidade e o princípio da duração razoável do processo**. Disponível em: <<https://andradegabrielly.jusbrasil.com.br/artigos/423316434/evolucao-historica-da-morosidade-e-o-principio-da-duracao-razoavel-do-processo>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

⁵⁷ SANTOS, Gabrielly Andrade dos; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de. **Evolução histórica da morosidade e o princípio da duração razoável do processo**. Disponível em: <<https://andradegabrielly.jusbrasil.com.br/artigos/423316434/evolucao-historica-da-morosidade-e-o-principio-da-duracao-razoavel-do-processo>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

⁵⁸ MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela cautelar e tutela antecipatória**. São Paulo: RT, 1992, p.18.

a duração do procedimento, menor será a demanda judicial, e quanto menor for essa duração, maior será a procura pelo judiciário.⁵⁹

Entende-se, assim, que a correlação entre o direito fundamental à duração razoável do processo e o acesso a justiça está no fato de que uma justiça que não possui uma duração razoável, produz um distanciamento da sociedade que passa a desacreditar na justiça, o que viola o acesso a justiça. A frase de Cappelletti e Garth resume bem esse contexto, onde: “uma justiça que não cumpre suas funções dentro de um prazo razoável é, para muitas pessoas, uma justiça inacessível.”⁶⁰

Adentrando no princípio da duração do processo propriamente dito, a primeira vez que o mesmo apareceu expressamente foi na Convenção Europeia para Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, no ano de 1950, que trazia em seu art. 6º o direito que toda pessoa possuía de ter a causa julgada em um prazo razoável.⁶¹

No ordenamento jurídico brasileiro foi inserido por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, e com a aprovação da Convenção Americana de Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, o qual o Brasil é signatário.⁶² Anteriormente, na Constituição Federal não vinha expressamente escrito, mas com a EC nº 45, ele foi trazido pelo inciso LXXVIII, no art. 5º da Carta Magna, ou seja, configura-se assim como uma garantia constitucional que deve ser aplicada de forma imediata.⁶³

A Reforma do Judiciário, como conhecida a EC nº 45, trouxe uma mudança considerada uma das mais importantes com a transformação da duração razoável em uma explícita garantia constitucional, assim:

Há de se compreender que a elevação da razoável duração do processo administrativo e judicial como garantia fundamental constitucional assegurada às pessoas (físicas e jurídicas) que estão

⁵⁹ ARRUDA, Samuel Miranda. **O direito fundamental à razoável duração do processo**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

⁶⁰ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998, p. 20-21.

⁶¹ KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. **A razoável duração do processo**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

⁶² SANTOS, Gabrielly Andrade dos; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de. **Evolução histórica da morosidade e o princípio da duração razoável do processo**. Disponível em: <<https://andradegabrielly.jusbrasil.com.br/artigos/423316434/evolucao-historica-da-morosidade-e-o-principio-da-duracao-razoavel-do-processo>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

⁶³ SANTOS, Gabrielly Andrade dos; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de. **Evolução histórica da morosidade e o princípio da duração razoável do processo**. Disponível em: <<https://andradegabrielly.jusbrasil.com.br/artigos/423316434/evolucao-historica-da-morosidade-e-o-principio-da-duracao-razoavel-do-processo>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

em situação de litígios, constitui a mais importante reforma realizada em nosso sistema processual, abrangendo diretamente o processo civil, o processo administrativo específico, o processo trabalhista, o processo penal, o processo judicial e administrativo tributário, o processo previdenciário e outros tipos, com o desejo de afastar a crise sofrida por todos os segmentos da Nação com a demora na entrega da prestação, pelo Estado, de solução de conflitos nas áreas já identificadas.⁶⁴

É assim considerada, pois, como visto em sua evolução histórica é um ponto de discussão há muito tempo em toda sociedade. Importante saber que a duração razoável não pode ser entendida como a rapidez em si, pois isso poderia causar insegurança jurídica, assim, necessário se faz encontrar o meio termo entre a celeridade e a segurança jurídica. A justiça célere não deve ser aquela que julga causas com análises superficiais, mas sim, a que encontra equilíbrio entre a razoável duração e a segurança jurídica.

A celeridade também é uma garantia constitucional, que age em harmonia com a duração razoável do processo, mas que com esta não se confunde, ambas possuem o objetivo de garantir a prestação eficaz de tutela jurisdicional, porém a duração razoável é quem faz o equilíbrio entre segurança e celeridade.⁶⁵ Para melhor entendimento, necessário também explorar o princípio da celeridade propriamente dito.

Com o inciso LXXVIII, do art. 5º da CF, tem-se que a celeridade processual, agora inserida como garantia constitucional, tem por finalidade solucionar o problema do excesso número de processos presentes no judiciário, que se prolongam no tempo à espera de julgamento.⁶⁶

Nelson Cayres⁶⁷ aborda da seguinte forma a questão da lentidão processual:

A marcha lenta processual está se tornando insustentável para todos aqueles operadores do direito envolvidos diuturnamente com as alterações do CPC, em seus artigos, parágrafos e alíneas, aos quais se exigem mudanças urgentes, eis que estas têm como objetivo diminuir a morosidade da Justiça brasileira e desafogar o excesso de

⁶⁴ VIANA, Adriana Grandinetti. **A razoável duração do processo como mecanismo de desenvolvimento social**. 2007. 277p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007, p. 194.

⁶⁵ MARTINS, Isabela Testa. **Garantias fundamentais do processo**. Disponível em: <<https://isabelatm.jusbrasil.com.br/artigos/339138532/garantias-fundamentais-do-processo>>. Acesso em: 28 maio 2018.

⁶⁶ LIMA, Virna. **A celeridade processual no novo CPC**. Disponível em: <<https://viralima20.jusbrasil.com.br/artigos/317221324/a-celeridade-processual-no-novo-cpc>>. Acesso em: 08 maio 2018.

⁶⁷ CAYRES, Nelson A. Vem aí o novo CPC. **Direito em Ação**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 13-46, jul./dez. 2012, p. 15.

processos à espera de julgamento. Estima-se que mais de 100 milhões de ações judiciais estejam hoje na fila de espera para a decisão final dos juízes.

No Brasil, a primeira aparição do princípio da celeridade foi em 1969, quando o país assinou o Pacto de São José da Costa Rica, o qual previu em seu artigo 8º, I, a chamada brevidade processual:

Toda pessoa terá o direito de ser ouvida com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza.

Enxerga-se então, que o Brasil tentou buscar meios de assumir o compromisso de buscar promover um processo breve, porém poucas soluções para isso foram efetivamente criadas, somente de fato apareceu com a EC nº 45.⁶⁸

A celeridade ainda se relaciona com o princípio do acesso a justiça e com a efetividade processual, isso porque o magistrado deve se pronunciar da forma mais efetiva possível, pois necessário é, além de cumprir a função de julgar, que o mesmo atinja a finalidade de fornecer uma justiça eficaz.⁶⁹

Eduardo Arruda Alvim comenta sobre a teoria dos prazos, assunto esse altamente interligado com a brevidade processual, onde, via de regra, os prazos processuais não podem ser reeditados, com o objetivo de evitar que os processos se prolonguem de forma indevida.⁷⁰

Ora, já foi visto que o razoável em relação ao tempo e ao prazo é um conceito indeterminado, porém há a noção de que exista um tempo ideal de cumprimento de um processo, e que seria aquele que resulta da soma dos prazos de cada fase do procedimento fixados no Código de Processo Civil com o tempo do trânsito em julgado.⁷¹

O que se busca é uma justiça célere, capaz de promover rápidos julgamentos, sem que processos fiquem perdidos no tempo, porém que isso não resulte em uma

⁶⁸ SANTOS, Carlos Fernando Fecchino dos. Princípio da celeridade processual. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 98, n. 887, p. 37-56, set. 2009.

⁶⁹ SANTOS, Carlos Fernando Fecchino dos. Princípio da celeridade processual. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 98, n. 887, p. 37-56, set. 2009.

⁷⁰ ALVIM, Eduardo Arruda. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. v. 1.

⁷¹ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Técnicas de aceleração do processo**. São Paulo: Lemos & Cruz, 2003.

mitigação de princípios constitucionais imprescindíveis para o perfeito caminhar do procedimento, a exemplo da ampla defesa e do contraditório. Ou seja, procura-se reduzir os tempos técnicos e os de espera processuais.⁷²

Então, o que se entende é que a celeridade precisa ser utilizada juntamente com a garantia da razoável duração do processo, bem como com outros princípios constitucionais, uma vez que a celeridade veio para dar mais agilidade nos procedimentos, porém a razoável duração do processo não permite que isso deixe o processo mitigar atos ou princípios, uma vez que o razoável não significa ser rápido, mas sim o tempo necessário para que a parte tenha a almejada tutela e que a mesma seja eficaz.

Assim, celeridade significa ser rápido, mas com respeito a proporcionalidade e razoabilidade, para que não haja comprometimento de princípios como ampla defesa e contraditório.⁷³ Duração razoável, por outro lado, significa que o Estado não pode deixar que o processo pare por um longo período, pois isso causaria a parte o prejuízo de não conseguir a proteção estatal por culpa da demora processual, o que acarreta danos econômicos e emocionais para o demandante.

2.2 O princípio constitucional da eficiência

Com a evolução da sociedade, da tecnologia, e do acesso à informação, bem como do avanço em relação ao acesso à justiça, que deixou de ser o simples direito de ação e passou a ser o direito de ser atendido por um judiciário célere, eficiente e eficaz, começou a nascer uma cobrança sobre o Estado para que o mesmo se aperfeiçoasse, para que pudesse conduzir de forma apropriada os objetivos almejados pela população. Assim, era demasiado o questionamento acerca da possível omissão, aptidão e a qualidade de agir da prestação de serviços estatais.⁷⁴

Então, em 1998, o princípio da eficiência, foi elevado a princípio constitucional, por meio da Emenda Constitucional nº 19/98, que previu no art. 37, caput:

⁷² MOURA, Fernando Galvão; CARDOSO, Raphael de Matos. **Celeridade processual: direito e garantia fundamental: a positivação de princípios constitucionais.** Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/25468166/celeridade-processual---fernando-galvao-e-raphael>>. Acesso em: 08 maio 2018.

⁷³ BARCELLOS, Bruno Lima. **A duração razoável no processo.** Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6129/A-duracao-razoavel-no-processo>>. Acesso em: 28 maio 2018.

⁷⁴ GABARDO, Emerson. Princípio constitucional da eficiência administrativa. São Paulo: Dialética, 2002.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O que hoje se espera é um Estado capaz de promover uma busca célere, simples, efetiva e eficiente, para alcançar os objetivos da sociedade, regulamentar os ditames do certo e do errado, controlar o mercado abusivo e gerenciar os recursos públicos.⁷⁵

Apesar de somente na Constituição Federal de 1988 o princípio da eficiência ter vindo expresso, ele já possuía certas bases em reformas administrativas feitas pelo Estado, isto porque a ideia de administração pública gerencial é antiga. A primeira reforma se deu nos anos 30, por meio da criação do Departamento Administrativo do Serviço (Dasp).⁷⁶

A segunda reforma veio por meio do Decreto-lei nº 200/67, com a tentativa de superar a administração burocrática, e por isso, foi considerada como o momento inicial da administração gerencial no Brasil.⁷⁷

Por fim, veio a referida Emenda Constitucional nº 19/98 que inclui o princípio da eficiência na Carta Magna.

Modesto define o referido princípio da seguinte forma:

Pode-se definir o princípio da eficiência como: a exigência jurídica, imposta à administração pública e àqueles que lhe fazem às vezes ou simplesmente recebem recursos públicos vinculados de subvenção ou fomento, de atuação idônea, econômica e satisfatória na realização das finalidades públicas que lhe forem confiadas por lei ou por ato ou contrato de direito público.⁷⁸

O princípio da eficiência inclui muito mais do que a simples celeridade, mas sim, contém o fato de que a administração como um todo deverá fazer o possível para atingir o bem comum, realizando suas obrigações com imparcialidade, transparência,

⁷⁵ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Dialética, 2002.

⁷⁶ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

⁷⁷ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

⁷⁸ MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio da eficiência. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 105-119, abr./jun. 2000, p. 114.

eficácia, sempre com qualidade e utilização de todos os meios legais e morais que necessitar para otimização dos recursos públicos, para que não haja desperdício.⁷⁹

Pode ser definido então como uma atividade de gestão pública, racional e instrumental, com a finalidade de prestar um serviço público proporcional e justo de acordo com a necessidade da população como um todo. Dessa forma, chega a ser considerada injusta a administração que tenha atitudes de negligência, que seja improdutiva e ineficaz.⁸⁰

Caracteriza-se eficiente a Administração Pública que atua harmonicamente para racionalizar e otimizar os meios utilizados, com a ideia de cumprimento dos resultados de sua atividade.⁸¹

Apesar de sua extrema importância, é um princípio que atua conjuntamente com os demais, ou seja, não pode se sobrepor a nenhum deles, especialmente sobre o princípio da legalidade, pois isso iria gerar insegurança jurídica.⁸² O princípio da legalidade para a administração pública significa fazer estritamente o que está previsto em lei, dessa forma, não pode o administrador usar a eficiência como justificativa para ultrapassar os limites legais.

Hely Lopes Meirelles afirma que:

A eficiência funcional é pois, considerada em sentido amplo, abrangendo não só a produtividade do exercente do cargo ou da função, como a perfeição do trabalho e a sua adequação técnica aos fins visados pela Administração, para o que se avaliam os resultados, confrontam-se os desempenhos, e aperfeiçoa-se o pessoal através de seleção e treinamento. Assim a verificação da eficiência atinge os aspectos quantitativo e qualificativo do serviço para aquilatar do seu rendimento efetivo, do seu custo operacional, e da sua real utilidade para os administrados e para a Administração. Tal controle desenvolve-se, portanto, na tríplice linha administrativa, econômica e técnica.⁸³

⁷⁹ MORAES, Alexandre. **Reforma administrativa**: Emenda Constitucional nº 19/98. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

⁸⁰ CARVALHO FILHO, José dos Santos Filho. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

⁸¹ GABARDO, Emerson. **Princípio constitucional da eficiência administrativa**. São Paulo: Dialética, 2002.

⁸² DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito administrativo**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

⁸³ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 69.

Enxerga-se, pois, que uma atuação considerada eficiente é aquela caracterizada pela união de três ações: a primeira é a eficaz, a outra é a econômica e otimizada, e a última é a satisfação, ligada a qualidade.⁸⁴

Tem-se, pois, que o princípio da eficiência veio para revolucionar o funcionamento da administração pública, buscando a celeridade, a qualidade dos serviços prestados, sempre respeitando os demais princípios constitucionais, em busca de uma harmonia para a melhor concretização do bem comum.

⁸⁴ MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio da eficiência. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 105-119, abr./jun. 2000.

3 AS EXPECTATIVAS ACERCA DA REPERCUSSÃO GERAL E OS RESULTADOS PRÁTICOS DA APLICABILIDADE DO INSTITUTO

3.1 A repercussão geral como medida adotada pelo STF para a análise de questões relevantes

Os capítulos anteriores da pesquisa acadêmica abordaram a parte teórica da repercussão geral, assim foi possível conhecer a sua história, a relação com o recurso extraordinário, o que ela tem de semelhante com os filtros recursais dos outros países, os motivos pelos quais ela foi criada e por fim, os princípios que dão fundamento a sua implementação.

Nesse capítulo, porém, o abordado será voltado mais para o ambiente prático do instituto da repercussão geral, para assim ser possível aprofundar o conhecimento em quais as reais finalidades do instituto e se as mesmas são capazes de produzir efeitos na prática.

Como já citado, o sistema da repercussão geral fora implementado por meio da EC nº 45/04, porém, somente começou a funcionar efetivamente no âmbito jurídico por meio da Emenda 21 ao Regimento Interno do STF, de 30 de abril de 2007, e, de acordo com o sítio⁸⁵ do órgão, possui duas finalidades, quais sejam:

Delimitar a competência do STF, no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa; e, uniformizar a interpretação constitucional sem exigir que o STF decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional.

Diante de tais finalidades, é possível fazer uma interpretação de que a repercussão geral foi inserida no ordenamento jurídico para funcionar como uma espécie de filtro para reduzir a quantidade de recursos que chegam até o Supremo Tribunal Federal, e, além disso, ser capaz de fazer julgamentos por amostragem, ou seja, o reconhecimento de repercussão geral afeta todos os recursos de instâncias inferiores que tratem de temas idênticos ao recurso que teve a repercussão geral conhecida.⁸⁶

⁸⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Sobre a Repercussão Geral**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁸⁶ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/vol35-serie-pensando-direito-sbdp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Basicamente se trata de um efeito cascata, se o STF reconhece ou não a repercussão geral, todos os demais recursos sobre aquele tema serão afetados, assim, além de diminuir o número de processos por meio do filtro, ainda tem a capacidade de uniformizar o entendimento de questões constitucionais, por evitar que o mesmo tema seja rediscutido.⁸⁷

Ora, com tantos efeitos que melhorariam o funcionamento da Suprema Corte, a criação da repercussão geral foi muito celebrada, inclusive sendo mencionada no trecho do relatório final da Comissão Mista Especial do Judiciário⁸⁸ como uma:

novidade [que] servirá para restaurar o caráter paradigmático das decisões do STF, à medida que possibilitará que essa Corte examine apenas as grandes questões do país discutidas no Poder Judiciário.

Sendo realizada uma análise dos artigos 1.035 a 1.041 do Código de Processo Civil de 2015, que hoje regulamentam a repercussão geral, possível entender que: (a) a Repercussão Geral precede o mérito, ou seja, é um requisito de conhecimento do recurso extraordinário, e o não reconhecimento desta é irrecorrível; (b) a decisão pela não existência de repercussão geral prejudica todos os recursos que tratem da mesma matéria; (c) enquanto a Suprema Corte decide sobre a matéria os outros processos poderão ser suspensos; e (d) o julgamento, via de regra, deverá ser feito em um ano, salvo casos que envolvam réu preso e pedidos de *habeas corpus*.⁸⁹

As finalidades do sistema realmente foram alcançadas a partir de 2007, uma vez que houve redução de novos processos até o ano de 2011, além do mais, o STF conseguiu manter a taxa de congestionamento, ou seja, a proporção do número de processos que não foram baixados em relação ao total de processos que tramitaram no mesmo período de tempo, desde 2011, em 50%.⁹⁰

A grande questão, porém, é que tem que ser feita uma comparação do que se objetivava com a repercussão geral quando ela foi implementada em relação aos seus

⁸⁷ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/vol35-serie-pensando-direito-sbdp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁸⁸ BRASIL. Congresso Nacional. Relatório nº 1 de 2006 – CN. **Diário do Senado Federal**, p. 1403, 21 jan 2006. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/diários/BuscaDiario?datDiario=21/01/2006&tipDiario=1>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁸⁹ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁹⁰ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Supremo em ação**. Disponível em: <<http://rsa.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

resultados práticos depois de ter completado, em 2017, uma década de funcionamento no ordenamento jurídico, e assim, como todo procedimento novo, apresentou méritos e falhas.

Importante dar destaque ao fato de que, até setembro de 2017 o STF apresentou o menor acervo dos últimos dez anos, com 46.587 processos, além do que, no primeiro ano de gestão da presidente Cármen Lúcia houve uma redução de 23,51% do acervo.⁹¹

Assim, o avanço acerca da implementação do instituto é indiscutível⁹², porém, como não obteve 100% de sucesso, é preciso entender e demonstrar certas falhas e possíveis soluções que talvez ajudem a atingir o pleno uso do sistema da repercussão geral.

3.2 As falhas na concretização dos objetivos: análise quantitativa de processos no STF

No tópico anterior foi abordado o que era esperado da implementação da repercussão geral no ordenamento jurídico e quais eram as suas finalidades, neste o assunto será o fato de que o sistema não foi tão eficaz quanto as expectativas e a demonstração disso será por meio de análise quantitativa e qualitativa do instituto.

Como fora citado anteriormente as expectativas acerca da repercussão geral foram satisfeitas no período inicial da sua implementação, no ano de 2007, até 2011, na qual foi possível perceber uma significativa redução da quantidade de novos processos que entraram na suprema corte, porém, o problema encontra-se a partir de 2012, onde os números voltaram a ser crescentes, conforme demonstra a Tabela 1, disponibilizada no sítio do Supremo Tribunal Federal:

⁹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Relatório um ano de gestão da Ministra Cármen Lúcia**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RelatorioCompletoGesto1ano_MinistraCrmenLcia.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

⁹² MAGALHÃES, Marco Túlio Reis. **Primeira década de vigência da repercussão geral pode ser considerada positiva**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-28/observatorio-constitucional-primeira-decada-repercussao-geral-considerada-positiva#_edn11>. Acesso em: 26 jul. 2018.

Tabela 1 – Quantidade de processos que ingressaram no STF

Ano	Processos		Processos Julgados		Acórdãos
	Recebidos	Distribuídos	Monocráticos	Colegiados	Publicados
2017	103.650	56.257	113.634	12.897	13.142
2016	90.331	57.366	102.940	14.532	13.018
2015	93.476	65.091	98.876	17.752	15.282
2014	79.943	57.799	97.358	17.070	15.649
2013	72.066	44.170	75.907	14.107	13.156
2.012	73.464	46.392	77.975	12.089	11.794
2.011	63.427	38.019	81.687	12.025	14.105
2.010	71.670	41.014	87.815	10.714	10.814
2.009	84.369	42.729	74.313	15.042	17.704
2.008	100.781	66.873	85.608	18.629	19.377

Fonte: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Estatísticas do STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=movimentoProcessual>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Aprofundando mais nos dados, de acordo com a última atualização no sítio do STF, realizada em 01 de dezembro de 2017, ou seja, dez anos depois da implementação prática do sistema, os números obtidos são estes⁹³: (a) 995 casos de repercussão geral foram analisados; (b) 319 casos tiveram a repercussão geral negada, sendo assim, tais matérias não subirão mais ao STF; (c) 676 casos tiveram a repercussão geral conhecida, e destes, 367 foram julgados, assim 340 ainda seguiam pendentes; (d) de 2008 até 2018 a média de julgamento de repercussão geral é de 25,18 processos; (e) de 2007 a 2018 a média de temas que demandam análise de repercussão geral foi de 83,25.

Segundo Luís Roberto Barroso⁹⁴ se o tribunal mantivesse a média de 35,4 julgamento de temas com repercussão geral por ano, “demoraria mais de oito anos para exaurir um estoque de 285 temas”, caso não entrasse nenhum novo caso. O novo problema apresentado foi que até julho de 2016 havia 1.537.431 de processos sobrestados em razão da repercussão geral⁹⁵, ora, levando em consideração que em

⁹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Números da repercussão geral**: situação atual detalhada. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=repercussaoInformacoesConsolidadas&pagina=repercussaoInformacoesConsolidadas>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁹⁴ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁹⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Processos sobrestados em razão da repercussão geral**. Disponível em:

2016 o impacto nas instâncias de origem foi de 151.505 processos solucionados⁹⁶, como Barroso⁹⁷ mesmo concluiu: nota-se que o saldo é negativo, gerando um resultado de para cada dez processos sobrestados, um é resolvido por julgamento de mérito de repercussão geral.

A questão relevante é que a repercussão geral então não impede que cheguem inúmeras quantidades de processos ao STF por ano, tampouco alivia o trabalho do órgão que produz inúmeras decisões também por ano. A conclusão disso, portando, é de que o sistema de filtro e uniformização de jurisprudência fracassou.⁹⁸

O possível motivo do fracasso pode ser atribuído a certas falhas no uso do sistema da repercussão geral. Primeiramente, é cabível refletir que quando se pensa em filtro acredita-se que ocorre uma análise prévia do processo e, após isso, chegarão ao STF apenas pouquíssimos processos que passaram pelo filtro, porém, na prática, não é isso que ocorre. Apresentar isso em termos numéricos é mais perceptível, visto que, de 2007 a 2017 tem-se que: 947 processos foram afetadas ao regime de repercussão geral, ao passo que foram proferidas aproximadamente um milhão de decisões, conclui-se que, em dez anos uma em cada mil decisões foi proferida em processos sobre repercussão geral, indo mais afundo, 99,9% dos casos não passam pelo filtro, ou seja, a função a ser priorizada na Suprema Corte, que é a de guardar a constituição por meio da análise de repercussão geral, não está sendo realizada.⁹⁹

Tal problemática pode ser justificada com a interpretação acerca do artigo 323 do Regimento Interno do STF onde se diz:

Quando não for caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão, o(a) Relator(a) ou o Presidente submeterá, por meio eletrônico, aos

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=sobrestadosrg>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Impacto da repercussão geral**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=impactorg>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁹⁷ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁹⁸ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁹⁹ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

demais Ministros, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de repercussão geral.

Percebe-se então que a repercussão geral é algo analisado em último caso¹⁰⁰, ou seja, o que era para ser prioridade para ajudar a reduzir a tamanha demanda que chega ao STF, é colocado de lado e o filtro passa a ser utilizado como uma escolha alternativa.

Outra falha perceptível do mau uso da ferramenta de filtro é que a repercussão geral está servindo apenas para solucionar casos repetitivos¹⁰¹, uma vez que a existência ou não de repercussão geral está sendo determinada por critérios como número de pessoas ou processos judiciais afetados¹⁰², ou seja, ao invés de ser usada como filtro de questões que transcendam a esfera de apenas um indivíduo, está sendo utilizada como um “mecanismo de gestão de processos repetitivos”¹⁰³, como demonstra o Gráfico 1 retirado do relatório realizado pela Sociedade Brasileira de Direito Público¹⁰⁴:

¹⁰⁰ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁰¹ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁰² SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/vol35-serie-pensando-direito-sbdp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁰³ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/vol35-serie-pensando-direito-sbdp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁰⁴ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/vol35-serie-pensando-direito-sbdp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Gráfico 1 – Critérios usados para determinar existência de repercussão geral

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/vol35-serie-pensando-direito-sbdp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Ademais, além do objetivo central não ser diminuição de casos repetitivos, a negativa de reconhecimento de repercussão geral se dá com base no tema e não no caso, impedindo que questões realmente relevantes do ponto de vista jurídico, político e econômico, em um caso concreto que trate de um tema já discutido, venha a ser analisado.¹⁰⁵

Além disso, o artigo 102, §3º da Constituição Federal diz que necessita de um quórum especializado para negar a repercussão geral, o que de certa forma diminui a eficiência do filtro, visto que, mais facilmente o filtro deveria negar do que aceitar, porém o que ocorre é o oposto. Juntamente com esse problema está o previsto no artigo 324, §1º do Regimento Interno do STF, onde se tem que o silêncio de manifestação do ministro importa em voto computado para a existência da repercussão geral, ora, deveria ser computado pela não existência, já que o objetivo é reduzir.¹⁰⁶

¹⁰⁵ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁰⁶ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Conclui-se assim, que há má utilização de um instituto que veio para ser revolucionário em matéria de diminuir a quantidade de recursos que chegam a Suprema Corte, porém como o mesmo poderia obter sucesso se não é colocado como prioridade, se o que se analisa são questões envolvendo o número de pessoas afetadas e não a relevância em si daquele caso para sociedade como um todo, ou como se explica o fato de que o Supremo Tribunal Federal reconheceu mais matérias com repercussão geral do que negou, sendo que o filtro era para reduzir e não aumentar.

Assim, no tópico seguinte, possíveis soluções serão apresentadas.

3.3 Proposta de modelo para a efetiva aplicação do instituto da repercussão geral

A solução das falhas apresentadas não necessita de muitos custos ou demandas altas, não há necessidade da criação de um novo modelo, mas sim, entender a repercussão geral como um sistema e buscar de fato as suas finalidades, basta apenas interpretar o instituto de maneira correta.

Uma das primeiras iniciativas a ser tomada deve ser o uso do filtro como ele é, de forma prática, com suas características inerentes de coletar, reduzir, selecionar objetos que sejam prioridade, ou seja, necessário que a existência ou não de repercussão seja a primeira análise a ser feita e não a última¹⁰⁷.

Outro ponto relevante a ser citado é que, como foi discutido anteriormente, alguns casos concretos com questões relevantes ficam impossibilitados de serem discutidos, uma vez que, negada a existência de repercussão geral, aquele tema não chegará mais a ser apreciado pelo STF, porém, a Constituição Federal não impõe ao funcionamento do instituto que a decisão de conhecimento ou negativa de existência de repercussão geral se estenda a todos os processos.¹⁰⁸ O que se espera é que se a repercussão geral é um requisito que deve transcender a esfera individual, a lógica seria de que a negativa de existência desta fosse restrito ao caso concreto.¹⁰⁹

¹⁰⁷ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁰⁸ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹⁰⁹ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai

Concluíram Barroso e Frederico Rego acerca desse citado problema, que não permitir que a negativa de existência da repercussão geral seja restrita ao caso concreto, é: “reduzir a repercussão geral a um instrumento de resolução de demandas repetitivas, de feição tímida e pouco eficaz, como tem sido até agora a prática do Tribunal. Nada mais distante dos fins para os quais foi concebido o instituto”.¹¹⁰ A proposta feita é aceita pelo direito brasileiro e é utilizada como ferramenta nos países que utilizam o sistema de filtragem, e ainda possui a vantagem de não necessitar de motivação, agilizando todo o procedimento.¹¹¹

E, por fim, para aprimorar mais ainda o funcionamento do instituto e poder extrair a melhor performance do sistema, necessário que os parágrafos §§ 1º e 2º do artigo 324 do regimento interno do Supremo Tribunal Federal sejam alterados, ou seja, precisa que a falta de manifestação do ministro signifique concordância com o relator e, não mais, computado como voto de existência de repercussão geral.

Assim, conclui-se que a ideia da sistemática da repercussão geral necessita de algumas melhorias para que suas expectativas sejam enfim totalmente alcançadas, e para que tais mudanças sejam feitas não são necessários muitos recursos, apenas uma roupagem nova ao instituto, não um novo sistema, mas sim uma nova abordagem.

julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹¹⁰ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

¹¹¹ BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CONCLUSÃO

O Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do ordenamento jurídico brasileiro, em sua origem, sofreu com a aglomeração de processos, como tentativa de solucionar o problema, houve a criação do Superior Tribunal de Justiça, e com isso, a função do STF passou a ser mais específica como guarda da Constituição Federal e com a análise de recursos extraordinários.

Ocorre que o STJ não foi capaz de reduzir a grande quantidade de processos que chegavam a Suprema Corte e então, em 2004, por meio da Emenda Constitucional número 45, ocorreu a criação da repercussão geral, com a inclusão do parágrafo 3º, ao artigo 102 da Constituição Federal.

A repercussão geral foi implementada no mundo jurídico como um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, e veio com o objetivo de servir como um filtro processual, para que assim, fosse possível reduzir a demanda que chegava ao STF e deixa-lo com a sua principal função: guardar a CF.

O instituto só começou a ter efetividade em meados de 2007, quando ocorreu a Emenda 21 ao Regimento Interno do STF, porém o mesmo é amplamente conhecido, visto que é um sistema utilizado no mundo inteiro, a Suprema Corte americana, bem como o Instituto Alemão de revisão fazem amplo uso do mesmo, e assim, possuem um sistema de filtro amplamente eficaz.

Possuindo a visão do direito comparado, e com base nos princípios que a fundamentam, a repercussão geral veio com o objetivo de dar maior celeridade aos julgamentos dos recursos extraordinários, porém sem perder a qualidade dos mesmos, apenas fornecendo a chamada eficiência, ou seja, ter o julgamento em um tempo hábil capaz de suprir as necessidades de quem buscou a justiça.

Com todos os conceitos trazidos pelo sistema, bem como com sua finalidade de reduzir a demanda processual e uniformizar a jurisprudência da Suprema Corte, o mesmo entrou em funcionamento com uma ampla expectativa, visto que a mudança era necessária e urgente, porém, diante das grandes expectativas, o instituto completou uma década de efetiva implementação no ordenamento jurídico brasileiro sem atingir o sucesso.

É inquestionável que com a inovação da criação da repercussão muitos avanços ocorreram, a entrada de novos processos no STF diminuiu do ano de 2007 a 2011, o acervo, em 2017, também se encontrou menor, porém o aglomerado de

processos no Supremo Tribunal Federal ainda é enorme, o número de processos sobrestados também chega a ser absurdo.

Quando colocado em uma balança, a relação entre avanços e fracassos do sistema, é clara a demonstração de que precisa haver melhorias, e este insucesso advém de problemas na interpretação e do mau uso do instituto.

Necessário que haja uma nova interpretação de um sistema que, na teoria, veio como a solução para o problema de aglomeração na Suprema Corte, mas que, na prática, acabou por se tornar algo que aumentou o já conhecido problema.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. **A arguição de relevância no recurso extraordinário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

ALVIM, Eduardo Arruda. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. v. 1.

AMORIM, Aderbal Torres de. **O novo recurso extraordinário**: hipóteses de interposição, repercussão geral, amicus curiae, processamento, jurisprudência, súmulas aplicáveis. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

ARRUDA, Samuel Miranda. **O direito fundamental à razoável duração do processo**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

BARCELLOS, Bruno Lima. **A duração razoável no processo**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6129/A-duracao-razoavel-no-processo>>. Acesso em: 28 maio 2018.

BARROSO, Luís Roberto; REGO, Frederico Montedonio. Como salvar o sistema de repercussão geral: transparência, eficiência e realismo na escolha do que o supremo tribunal federal vai julgar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 696-714, 6 fev. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4824>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BERMAN, José Guilherme. **Repercussão geral no recurso extraordinário**. Curitiba: Juruá, 2009.

BRAGHITTONI, R. Ives. **Recurso extraordinário**: uma análise do acesso do Supremo Tribunal Federal: de acordo com a Lei 11.418/06 (repercussão geral). São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Relatório nº 1 de 2006 – CN. **Diário do Senado Federal**, p. 1403, 21 jan 2006. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?datDiario=21/01/2006&tipDiario=1>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 775.514. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. **Dje**. Brasília, 01 out. 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=615137>>. Acesso em: 09 maio 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Estatísticas do STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=movimentoProcessual>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Impacto da repercussão geral**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=impactorg>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Números da repercussão geral**: situação atual detalhada. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=repercussaoInformacoesConsolidadas&pagina=repercussaoInformacoesConsolidadas>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Processos sobrestados em razão da repercussão geral**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=sobrestadosrg>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Relatório um ano de gestão da Ministra Cármen Lúcia**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RelatorioCompletoDaGestao1ano_MinistraCarmenLucia.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Sobre a repercussão geral**. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso especial, agravos e agravo interno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CARVALHAL, Ana Paula. **Repercussão geral retoma seu curso com o novo Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos Filho. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Novo CPC provoca mudanças estruturais na Repercussão Geral. Observatório Constitucional. **Consultor Jurídico**, 13 jun. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jun-13/observatorio-constitucional-cpc-provoca-mudancas-estruturais-repercussao-geral>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CAYRES, Nelson A. Vem aí o novo CPC. **Direito em Ação**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 13-46, jul./dez. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2017**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Supremo em ação**. Disponível em: <http://rsa.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. O cabimento do recurso extraordinário pela alínea “a” do art. 102, III, da Constituição Federal e a “causa de pedir aberta”. In: NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: RT, 2007. v. 11. p. 246-257.

DANTAS, Bruno. **Repercussão geral**: perspectivas históricas, dogmática e de direito comparado: questões processuais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 65.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de direito processual civil**: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 12. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014.

GABARDO, Emerson. Princípio constitucional da eficiência administrativa. São Paulo: Dialética, 2002.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Técnicas de aceleração do processo**. São Paulo: Lemos & Cruz, 2003.

GOMES, Luiz Flávio. **De cada 100 processos, somente 21 foram finalizados até o fim do ano de 2009**. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121920779/de-cada-100-processos-somente-21-foram-finalizados-ate-o-fim-do-ano-de-2009>>. Acesso em: 28 maio 2018.

GRESSMAN, Eugene. **Supreme Court Practice**. In: Judicial Power and the Constitution. Nova York: Macmillan, 1990.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. **A razoável duração do processo**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Manual dos recursos cíveis**: teoria geral e recursos em espécie. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

LEITE, Evandro Gueiros. **A Emenda 2/85 (RISTF) e a boa razão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

LIMA, Virna. **A celeridade processual no novo CPC**. Disponível em: <<https://viralima20.jusbrasil.com.br/artigos/317221324/a-celeridade-processual-no-novo-cpc>>. Acesso em: 08 maio 2018.

MACEDO, Elaine Hazheim. Repercussão geral das questões constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário. **Revista Direito e Democracia**, Canoas, v.6, n.1. 2005.

MAGALHÃES, Marco Túlio Reis. **Primeira década de vigência da repercussão geral pode ser considerada positiva**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-28/observatorio-constitucional-primeira-decada-repercussao-geral-considerada-positiva#_edn11>. Acesso em: 26 jul. 2018.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 11. ed. São Paulo: RT, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela cautelar e tutela antecipatória**. São Paulo: RT, 1992.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. Campinas: Millennium, 1998.

MARTINS, Isabela Testa. **Garantias fundamentais do processo**. Disponível em: <<https://isabelatm.jusbrasil.com.br/artigos/339138532/garantias-fundamentais-do-processo>>. Acesso em: 28 maio 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDINA, José Miguel Garcia. **O prequestionamento nos recursos extraordinário e especial**. 4. ed. São Paulo: RT, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Dialética, 2002.

MELLO, Vitor Tadeu Carramão. **A repercussão geral e a arguição de relevância: uma análise histórica**. 2011. Disponível em: <<http://www.pgfn.gov.br/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/013.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MELLO, Vitor Tadeu Carramão. **A repercussão geral e o writ of certiorari: breve diferenciação**. Disponível em: <<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/32-149-1-pb.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio da eficiência. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 105-119, abr./jun. 2000.

MORAES, Alexandre. **Reforma administrativa: Emenda Constitucional nº 19/98**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOURA, Fernando Galvão; CARDOSO, Raphael de Matos. **Celeridade processual: direito e garantia fundamental: a positivação de princípios constitucionais**. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/25468166/celeridade-processual---fernando-galvao-e-raphael>>. Acesso em: 08 maio 2018.

NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: RT, 2004.

PASSOS, J. J. Calmon de. Da arguição de relevância no recurso extraordinário. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 259, p. 11-22, jul./set. 1977.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PETERS, Adriana salgado. **O direito à celeridade processual à luz dos direitos fundamentais**. 2007. 291 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAMPAIO, Luiz Fernando Quadros Malta pinto de. **A razoável duração do processo**: o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. São Paulo: Clube dos Autores, 2011. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=IW9FBQAAQBAJ&intsec=frontcover&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 26 abr. 2018.

SANTOS, Carlos Fernando Fecchino dos. Princípio da celeridade processual. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 98, n. 887, p. 37-56, set. 2009.

SANTOS, Gabrielly Andrade dos; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de. **Evolução histórica da morosidade e o princípio da duração razoável do processo**. Disponível em:
<<https://andradegabrielly.jusbrasil.com.br/artigos/423316434/evolucao-historica-da-morosidade-e-o-principio-da-duracao-razoavel-do-processo>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes dos. **Manual dos recursos extraordinário e especial**. São Paulo: Método, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Disponível em:
<<https://www.conjur.com.br/dl/vol35-serie-pensando-direito-sbdp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIANA, Adriana Grandinetti. **A razoável duração do processo como mecanismo de desenvolvimento social**. 2007. 277 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

VIANA, Ulisses Schwarz. **A repercussão geral e a “verfassungsbeschwerde”**. Disponível em:

<<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cienciajuridica/article/viewFile/733/521>>.
Acesso em: 24 abr. 2018.

VIANA, Ulisses Schwarz. Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. São Paulo: Saraiva, 2010.